



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

GEOMARQUE SOUSA CARNEIRO

**OS GERAIS E A BIBLIOTECA: AS POLÍTICAS CULTURAIS DO GOVERNO
DO ESTADO DO CEARÁ ENTRE 1964 E 1985**

FORTALEZA

2020

GEOMARQUE SOUSA CARNEIRO

OS GENERAIS E A BIBLIOTECA: AS POLÍTICAS CULTURAIS DO GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ ENTRE 1964 E 1985

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C288g Carneiro, Geomarque Sousa.

Os generais e a biblioteca : as políticas culturais do Governo do Estado do Ceará entre 1964 e 1985 / Geomarque Sousa Carneiro. – 2020.

55 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

1. Biblioteca Pública do Ceará. 2. Secretaria de Cultura do Ceará. 3. Políticas Culturais. 4. Ditadura Militar. I. Título.

CDD 020

GEOMARQUE SOUSA CARNEIRO

OS GENERAIS E A BIBLIOTECA: AS POLÍTICAS CULTURAIS DO GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ ENTRE 1964 E 1985

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luiz Tadeu Feitosa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Mario Giovanna Guedes Farias
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha mãe, Rosangela.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa representa o resultado de todo um processo de anos em torno de meu amadurecimento enquanto pessoa e enquanto estudante, processo este que contou com a determinante ajuda de várias pessoas.

Em primeiro lugar, não poderia ser diferente, agradeço à minha mãe, Rosângela Moura, que teve a difícil tarefa de me criar sendo ao mesmo tempo mãe e pai. Antes mesmo de eu compreender propriamente do que se tratava o curso de Biblioteconomia, logo após minha aprovação, ela já se mostrou extremamente animada e sempre acreditou em mim. Se estou onde estou, ela certamente tem uma grande parcela de responsabilidade nisso. Amo você, mãe.

Em segundo lugar, agradeço ao Partido Comunista Brasileiro e à sua juventude, a União da Juventude Comunista. Não se pode contar a história do Brasil sem contar também a história dos e das comunistas e sua luta por todos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. O PCB e a UJC tiveram papel chave no meu amadurecimento e na minha compreensão de mundo.

Quero agradecer também a meu amor, Vitória Guerra, que abriu meus olhos para as responsabilidades da vida e sempre me incentivou a seguir meus objetivos. Agradeço ao Ivan Ribeiro, grande amigo e camarada, primeiro responsável por me levar ao movimento estudantil de Biblioteconomia, abrindo as portas para toda a atuação política que viria a seguir.

Não posso deixar de agradecer ao Sesc, em especial a Ana Paula Lima Barros, a melhor chefe que alguém poderia ter e a Joselane dos Santos, grande chefe e também companheira, extremamente prestativa e compreensiva. Agradeço a Gleilton Silas e Lorena Wendt, gestores do Sesc Fortaleza, que desde o começo foram extremamente compreensivos e cumpriram importante papel na minha formação acadêmica e profissional.

Por fim, mas não menos importante, meus agradecimentos a Jefferson Veras, professor e orientador que teve papel crucial no desenvolvimento deste trabalho, sempre solícito e me tranquilizando nos momentos de mais angústia em relação a esta pesquisa.

Um enorme muito obrigado a todas e a todos.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender em que medida as políticas públicas culturais desenvolvidas pelo Governo do Estado do Ceará afetaram a atuação e a estrutura da Biblioteca Pública do Estado do Ceará no período compreendido pela ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985. De cunho exploratório, a pesquisa utilizou como método a análise de conteúdo, tendo como base do *corpus* bibliográfico e documental a pesquisa de Barbalho (1998) e pesquisas de memorialistas em torno da SECULT e da Biblioteca Pública do Ceará. Discutiu-se a conjuntura pré-golpe, tanto a nível nacional como estadual, bem como as políticas culturais do Governo Federal, suas bases, seu pano de fundo e suas influências no desenvolvimento e aplicação no Ceará. Abordou-se também o surgimento da SECULT como fruto destas políticas e a aplicação destas à Biblioteca Pública do Estado do Ceará. Por fim, analisou-se o panorama geral das políticas públicas no Estado, bem como o resultado que estas tiveram na Biblioteca Pública do Estado do Ceará. Com isto, a pesquisa identificou que as políticas culturais aplicadas pelo Governo do Estado do Ceará impactaram a Biblioteca Pública do Estado do Ceará tanto na sua estrutura física, embora não tenha sanado os problemas estruturais da instituição, como também na atuação da biblioteca, que foi instrumentalizada pelo Governo do Estado como forma de propaganda política. Identificou-se rupturas em relação às políticas culturais do período ditatorial em relação a redemocratização, com uma mudança de conceito e maior investimento na instituição.

Palavras-chave: Biblioteca Pública do Ceará. Secretaria de Cultura do Ceará. Políticas Culturais. Ditadura militar.

ABSTRACT

This research aims to understand to what extent the cultural public policies developed by the Government of the State of Ceará affected the performance and the structure of the Public Library of the State of Ceará in the period comprised by the Brazilian military dictatorship, from 1964 to 1985. Of an exploratory nature, the research used content analysis as a method, based on the bibliographic and documentary corpus, the research by Barbalho (1998) and research by memorialists around SECULT and the Ceará Public Library. The pre-coup situation was discussed, both at national and state level, as well as the cultural policies of the Federal Government, its bases, its background and its influences on the development and application in Ceará. The emergence of SECULT as a result of these policies and their application to the Public Library of the State of Ceará was also addressed. Finally, the general panorama of public policies in the State was analyzed, as well as the result that they had in the Public Library of the State of Ceará. With this, the research identified that the cultural policies applied by the Government of the State of Ceará impacted the Public Library of the State of Ceará both in its physical structure, although it did not solve the structural problems of the institution, but also in the performance of the library, which was instrumentalized by the State Government as a form of political propaganda. Breaks were identified in relation to the cultural policies of the dictatorial period in relation to redemocratization, with a change of concept and greater investment in the institution.

Keywords: Ceará Public Library. Ceará Department of Culture. Cultural Policies. Military dictatorship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACL	Academia Cearense de Letras
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BPGMP	Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CESC	Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará
CFC	Conselho Federal de Cultura
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CPC	Centro Popular de Cultura
DSND	Doutrina Segurança Nacional e Desenvolvimento
FUNARTE	Fundação Nacional da Arte
IHGC	Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará
PAC	Programa de Ação Cultural
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
SECULT	Secretaria de Cultura
UEE	União Estadual dos Estudantes
UNE	União Nacional dos Estudantes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Sede da Biblioteca Pública na Rua Franco Rabelo em 1969	36
Figura 2	Sede da Avenida Castelo Branco nos anos 70	37
Figura 3	Inauguração da Biblioteca Pública em 1974	38
Figura 4	Ernesto Geisel em visita à inauguração da nova sede da Biblioteca Pública	39
Figura 5	Ernesto Geisel na entrada da Biblioteca Pública	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Metodologia	13
1.2 Divisão da pesquisa	15
2 “BRASIL FORTE E UNIDO”: o Brasil sob o comando dos militares	17
2.1 O pano de fundo do golpe de 64	17
2.2 A ditadura na Terra da Luz: o cenário cearense	20
2.3 Políticas culturais no Brasil: um breve resgate e as especificidades do regime militar (1964-1985)	23
2.4 Doutrina de Segurança Nacional: o elemento motivador das políticas culturais do Governo Federal sob os militares	26
2.5 Os momentos e as frentes de atuação dos militares na cultura	27
3 A CULTURA NO ESTADO DO CEARÁ	30
3.1 Conselho Estadual de Cultura do Ceará	30
3.2 A criação da Secult e a atuação de Raimundo Girão (1966-1970)	31
3.3 A consolidação da Secult sob a gestão Ernando Uchoa (1971 - 1977)	32
3.4 Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel: histórico e mudanças sob o governo militar	34
4 A SECULT E A BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ: panorama geral e análise das políticas culturais	41
4.1 O panorama das políticas culturais da Secult	41
4.2 Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel: estrutura, atuação e balanço	43
4.2.1 <i>Os problemas estruturais</i>	44
4.2.2 <i>A instrumentalização da Biblioteca Pública e o apagamento de sua atuação</i>	45
4.2.3 <i>O balanço da Biblioteca Pública sob a Secult</i>	46
4.3 A redemocratização e a Biblioteca Pública do Ceará: rupturas e	

continuidades	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Décadas após o fim da ditadura militar no Brasil, o forte acirramento político no país em torno do petismo e do antipetismo, que ganhou contornos principalmente após as Manifestações de Junho de 2013, reacende o debate em torno do período compreendido pela ditadura civil-militar brasileira, onde certo revisionismo e, mais que isso, uma negação histórica ganham adeptos, na tentativa de recriar a narrativa sobre esse capítulo da história do país, ignorando registros e estudos científicos e documentação disponível sobre o período em relação às práticas operadas pelo governo civil-militar em conjunto com setores do empresariado brasileiro e estrangeiro.

Muito dessa movimentação se dá por parte do crescimento de setores da direita que, embora nunca estivessem exatamente ausentes do cenário político brasileiro, haviam sido enfraquecidos pelo menos desde o fim do regime militar. Esta ascensão dos setores de extrema-direita quebrou consensos políticos existentes desde 1985, através dos quais o debate político brasileiro girava em torno da conquista de direitos e da garantia de liberdades democráticas.

A eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência do Brasil em 2018 é a coroação da influência desses grupos sob as bandeiras anticorrupção, anticomunista e conservadora, com forte conotação neoliberal na economia. A tentativa de negação dos abusos da ditadura militar ganha ainda mais peso na medida em que o próprio presidente eleito adere a essas correntes de pensamento, aprofundando ainda mais a polarização do debate político brasileiro.

Em paralelo, no ano de 2020, completou-se 6 anos onde a Biblioteca Pública do Estado do Ceará Governador Menezes Pimentel (BPGMP), a título de reforma de sua estrutura — iniciada em março de 2015, embora o prédio tenha sido fechado ainda em fevereiro de 2014 — esteve fechada, tendo parte do seu acervo disponível em um espaço provisório no Centro de Fortaleza, denominado Espaço Estação.

Uma vez que a tentativa de negação da ditadura, ou mesmo sua comemoração (por parte inclusive de governantes eleitos pelo voto), ganha força na conjuntura brasileira em torno das alegações de que neste período as leis eram seguidas e o país como um todo era melhor e mais seguro, surgiu a inquietação de

entender como se deu a atuação dos governadores do Ceará — indicados pelos generais à frente da presidência do Brasil entre 1964 e 1985 — no âmbito da cultura. Esta pesquisa tem como questão norteadora **Como a BPGMP teve sua atuação e estrutura afetadas pelas políticas culturais do Governo do Estado do Ceará entre 1964 e 1985?** Esta questão norteadora levou ao **objetivo geral** desta pesquisa, que é compreender especificamente em que medida as políticas culturais planejadas e aplicadas no Estado do Ceará afetaram a Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

Acredita-se que esta pesquisa poderá contribuir, em primeiro lugar, nos estudos acerca da Biblioteca Pública do Estado do Ceará, resgatando e analisando um período de sua história, que já remonta há mais de 150 anos. Em segundo lugar, contribuirá para o estudo no campo da política cultural da ditadura militar no Estado do Ceará, especialmente voltada para a Biblioteca.

Para a adequada realização da pesquisa, desdobrou-se o objetivo geral em três **objetivos específicos**, a saber: a) realizar levantamento sobre as políticas culturais desenvolvidas pelo Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Cultura (Secult), ao longo de 1964 a 1985; b) pesquisar a atuação e mudanças sofridas pela Biblioteca Pública do Estado do Ceará durante os anos de 1964 a 1985 e, por fim, c) identificar as rupturas e continuidades das políticas aplicadas entre 1964 e 1985 a Biblioteca Pública do Estado do Ceará no período de redemocratização.

1.1 Metodologia

A presente pesquisa tem caráter exploratório, uma vez que tem por objetivo “[...] principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41). A partir de uma abordagem qualitativa, lançou-se mão da pesquisa bibliográfica, caracterizada pelo estudo de “contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias [...]” (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 6) e documental, uma vez que analisou-se material que não havia recebido tratamento científico. Tal abordagem se deu em razão da análise de fontes secundárias e primárias, à partir de trabalhos científicos e memoriais, estes especificamente com base em materiais de jornais da época.

Como procedimento de análise utilizou-se a análise de conteúdo, caracterizada pela interpretação do “[...] conteúdo de um texto, adotando normas sistemáticas de extrair significados temáticos [...] por meio dos elementos mais simples do texto [...]” (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009, p. 11).

A análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), ocorre em algumas fases, a saber: a) a pré-análise, momento de escolha dos documentos a serem submetidas à análise, de forma que possibilitem a identificação de indicadores para a análise final. Nesta fase deverá ser definido o *corpus* bibliográfico utilizado na análise, que deve obedecer a critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência; b) exploração do material, momento de identificação e separação do material de acordo com o tema para posterior análise; c) tratamento dos resultados obtidos e interpretação, momento da análise propriamente dita do conteúdo do *corpus* e interpretação dos resultados, que pode ou não servir como base para uma nova análise.

De acordo com o objetivo geral, o *corpus* da pesquisa gira principalmente em torno de registros bibliográficos acerca do desenvolvimento da SECULT — e sua relação com as políticas públicas culturais do governo federal —, da Biblioteca Pública e da relação entre essas instituições. Com isto, definiu-se para o *corpus* bibliográfico — à partir da pré-análise — a pesquisa de Barbalho (1998), que realiza uma profunda análise das políticas culturais desenvolvidas nesse período no Ceará.

Em relação à Biblioteca Pública do Ceará, buscou-se utilizar todos os registros encontrados sobre a instituição no período, desta forma utilizou-se blogs de memorialistas, mais especificamente “Fortaleza Nobre”, “Fortaleza em Fotos e Fatos” e “Fatos Históricos”, bem como a Cronologia Ilustrada de Fortaleza, de Nirez, além de publicações oficiais da Secretaria de Cultura do Ceará em alusão aos 40 anos de existência da pasta. Desta forma, buscou-se respeitar os critérios apresentados por Bardin (2011) para a definição de um adequado *corpus* bibliográfico para análise.

Esta pesquisa foi desenvolvida em meio à pandemia de CoViD-19 no Ceará. Consequentemente, foi impossibilitada a pesquisa em um conjunto documental mais amplo, principalmente em jornais publicados em Fortaleza no período de 1964 a 1985, uma vez que este material é mantido pela Biblioteca Pública do Ceará, que esteve fechada — para além da reforma — durante o período mais crítico da pandemia no Estado. Ressaltamos também a dificuldade de obter

materiais e imagens alusivos à história da Biblioteca Pública do Ceará de maneira mais sistematizada. Desta forma, o *corpus* bibliográfico foi obtido através de pesquisas na base de dados de periódicos da Capes em torno das políticas culturais federais e estaduais no Ceará entre 1964 e 1985. O material relacionado à BPMGP foi obtido através de pesquisa em blogs de memorialistas.

1.2 Divisão da pesquisa

O trabalho está estruturado em cinco partes. Na primeira parte, é apresentado o cenário de fundo tanto nacionalmente como no Estado do Ceará para a realização do golpe militar em abril de 1964, bem como das ações repressivas desenvolvidas logo após a tomada do poder. Para o desenho do cenário nacional pré-64, valeu-se das pesquisas desenvolvidas por Fernandes (2013), Longhi (2015), Reis Filho (s.d.) e Toledo (2004). Em relação especificamente ao caráter da ditadura militar e o apoio recebido por parte de setores privados nacionais e estrangeiros, valeu-se de Ianni (2019). Para apresentar um panorama inicial da ditadura militar no Estado do Ceará, valeu-se das pesquisas de Farias (2018), Bruno e Farias (2015), bem como Oliveira (2014).

A segunda parte consiste na discussão acerca das políticas culturais desenvolvidas pelo Governo Federal, apresentando suas bases na Doutrina de Segurança Nacional, à partir das pesquisas de Olegário (2017) e Barbalho (2018), bem como seus desdobramentos e um panorama geral das diferentes fases pelas quais estas políticas culturais foram desenvolvidas, à partir das pesquisas de Rubim (2007), Mota e Moreira (2019) e Fernandes (2013).

A terceira parte consiste em um breve resgate dos antecedentes e da criação da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT-CE), bem como uma apresentação das duas principais gestões sob as quais a SECULT se consolidou: a de Raimundo Girão e a de Ernandes Uchoa. Para tanto, valeu-se das pesquisas de Barbalho (2007, 1998) e de publicações comemorativas oficiais em alusão aos 40 anos de existência da SECULT.

A quarta parte consiste em breve histórico da Biblioteca Pública do Ceará, desde sua fundação, mas principalmente no período compreendido entre 1964 e 1985. Para tanto, contou-se com trabalhos de memorialistas e de publicações

comemorativas oficiais em alusão aos 40 anos de existência da SECULT organizadas por Guedes e Santos (2006), bem como Nirez (2001).

Na quinta parte, partiu-se para a discussão e análise bibliográfica em torno do panorama geral das políticas culturais desenvolvidas e aplicadas no Estado do Ceará através da SECULT, bem como seus efeitos na Biblioteca Pública do Ceará, encerrando com uma breve análise das rupturas e continuidades destas políticas públicas na Biblioteca após a redemocratização.

Na conclusão, realizou-se um resgate dos objetivos geral e específicos e de que maneira estes foram contemplados ao longo da investigação, bem como apresentou-se a importância do aprofundamento da pesquisa em torno das políticas culturais voltadas para a Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

2 “BRASIL FORTE E UNIDO”: o Brasil sob o comando dos militares

Neste capítulo busca-se apresentar o pano de fundo do golpe civil-militar à partir de uma conjuntura nacional e estadual. Para tanto, utilizou-se como referencial as pesquisas de Fernandes (2013), Longhi (2015), Toledo (2004), Ianni (2019), Reis Filho (s. d.) para um panorama nacional e Farias (2018), Bruno e Farias (2015) e Oliveira (2014). À partir deste panorama, apresenta-se a ideologia que deu base ao desenvolvimento de suas políticas públicas culturais, tendo como base a pesquisa de Olegário (2017) e Barbalho (2018) e as fases de atuação dos militares na elaboração destas políticas, à partir das pesquisas de Rubim (2007), Mota e Moreira (2019) e Fernandes (2013).

2.1 O pano de fundo do golpe de 64

No dia 1 de abril de 1964, o Brasil amanheceu governado por militares que, com o apoio de setores civis ligados ao empresariado brasileiro e estadunidense, implantaram uma ditadura no país que duraria 21 anos, encerrando-se em 1985. Este período da história brasileira ficou especialmente conhecido por sua crueldade e perseguição contra os ditos “subversivos”, militantes comunistas ou qualquer que fosse confundido com um. O uso sistemático da tortura contra os perseguidos políticos, da censura às mais diversas manifestações culturais (FERNANDES, 2013; LONGHI, 2015), da ocultação de cadáveres, entre outras práticas de violação dos direitos humanos e das mais básicas garantias democráticas, deu o tom deste período.

A narrativa em torno dos governos militares no Brasil entre 1964 e 1985 encontra-se em forte disputa, principalmente após 2013, onde setores ligados à direita do espectro político afirmam que o golpe de 64 não tratou-se de um golpe, mas de uma revolução. Contudo, faz-se necessário aqui citar o historiador Caio Navarro de Toledo, que afirma que

[...] 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); **um golpe contra o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.** [grifo nosso] (2004, p. 68)

O autor vale-se de uma afirmação do próprio ex-ditador Ernesto Geisel, onde afirma que “[...] o que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções se fazem por uma ideia, em favor de uma doutrina” (GEISEL apud TOLEDO, 2004, p. 67).

Para além do carácter reativo, o golpe civil-militar teve como um de seus principais objetivos o fortalecimento do capital monopolista, principalmente internacional, na economia brasileira. Para tanto, incorporou em sua ideologia fortes elementos tecnocratas, com o mote de organizar o país para possibilitar seu crescimento. De acordo com Ianni

Como a ditadura foi instalada inclusive sob o pretexto de que o governo de João Goulart (1961-1964) era ineficaz, desde o começo o começo os seus governos deram especial relevância à colaboração do técnico. Economistas, administradores, engenheiros, estatísticos, educadores, sociólogos, jornalistas e outros, muitos foram os especialistas civis e militares convocados para operar e “modernizar” a organização e o funcionamento do aparelho estatal. **Tratava-se de substituir o “político” pelo “técnico”, a “demagogia” pela “ciência”, o “carisma” pela “eficácia”** [grifo nosso]. (2019, p. 63)

O Brasil da década de 1960 vivia sob fortes debates políticos e ideológicos dos mais diversos espectros, cada um buscando desenvolver e apresentar sua proposta para o país. Este debate ocorria para além das bases militantes das organizações atuantes na época, estava presente nos jornais, nas rádios, nas artes — setor este especialmente influenciado por grupos de esquerda que, não tendo acesso aos meios de comunicação de grande circulação, utilizava-se do setor cultural para difundir suas políticas e mobilizar a sociedade em torno delas (TOLEDO, 2004).

O movimento estudantil, através do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), em conjunto com a União Estadual dos Estudantes (UEE) nas mais diversas unidades da federação, se somava ao debate e agitação política com exposições e atividades culturais, chegando a mobilizar inclusive setores da sociedade que não estavam presentes nos espaços universitários até então. Em meio aos trabalhadores urbanos, o fortalecimento de entidades sindicais — principalmente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), fortemente influenciada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) — e a mobilização dos trabalhadores refletia no número de greves realizadas nos três primeiros anos do governo de João Goulart, mais especificamente 430 greves, em

comparação com as 177 realizadas ao longo do governo de Kubitschek (TOLEDO, 2004).

No campo, a politização dos trabalhadores rurais, em especial nos estados do Nordeste, organizados em torno das Ligas Camponesas, fazia crescer a reivindicação pela realização das reformas de base, em especial a reforma agrária. Os trabalhadores rurais somaram-se aos trabalhadores urbanos e às organizações progressistas do país para pressionar o Congresso em torno de suas pautas. O tom do período se dava pela reivindicação do alargamento dos direitos sociais e da democracia liberal no Brasil, buscando maior autonomia e desenvolvimento nacional ao país.

As agitações sociais ampliaram-se, num crescendo, alcançando trabalhadores urbanos e rurais, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das forças armadas, configurando uma redefinição do projeto nacional-estatista, que passaria a incorporar uma ampla — e inédita — participação popular. Talvez exatamente por causa disto, mudaram o tom e o sentido do discurso: ao contrário de uma certa tradição conciliatória, típica do estilo de Getúlio Vargas, os obstáculos deveriam agora ser removidos, e não evitados, os alvos, abatidos, e não contornados. (REIS FILHO, Daniel Aarão, [s.d.])

Não se pode esquecer, contudo, do cenário da política internacional e sua influência na conjuntura brasileira desse período. Em 1959, o Movimento 26 de Julho, liderado por Fidel Castro, teve sucesso em destituir o ditador Fulgêncio Batista, deflagrando assim a Revolução Cubana. Este episódio acendeu o alerta vermelho nas elites americanas, principalmente dos EUA, que via um país muito próximo a suas fronteiras aderir ao socialismo e tornar-se aliado da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No Brasil, esta conjuntura, somada à visão de que o “ocidente cristão” estaria sendo derrotado pelo “comunismo ateu”; que Goulart estaria pronto para dar um golpe de Estado com o objetivo de “comunizar” o Brasil e implantar à força suas reformas, alarmou as elites econômicas e militares brasileiras. Estes setores passaram a animar marchas com caráter notoriamente de direita, vide a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com o objetivo de fazer frente às movimentações dos setores progressistas e de esquerda.

Os militares, apoiados por setores da classe média e do empresariado nacional e internacional, destituíram Goulart em 31 de março de 1964, sob o discurso oficial de que era preciso varrer do Brasil a influência comunista e,

consequentemente, minar um possível golpe a ser perpetrado pela esquerda. Goulart, que manteve durante seu curto governo um tom de radicalização à esquerda e confronto iminente, com o estopim do golpe mostrou-se relutante e recuado, temendo que a decisão de enfrentamento aos militares estourasse uma guerra civil no país. A esquerda, embora enraizada nos meios populares, não possuía armamento nem o nível organizativo necessário para fazer frente ao iminente golpe.

O discurso moral pela defesa da família (tradicional cristã) e contra a corrupção figuravam dentre os valores principais da narrativa oficial que perdurou por todo o regime. Estes dois elementos — a saber, a luta contra a influência da esquerda tanto no âmbito político como cultural (muito forte no Brasil desde pelo menos os anos 40) e a construção de uma narrativa moral baseada nos valores cristãos como instrumento para a criação da imagem de um Brasil forte, unido e consolidado — tiveram papel fundamental no desenvolvimento das políticas culturais do regime militar. O Estado do Ceará teve papel importante no desenvolvimento dos modelos de implementação das políticas culturais do governo militar, que também ocupou-se em garantir o pleno funcionamento do golpe em solo cearense.

2.2 A ditadura na Terra da Luz: o cenário cearense

Não se pode deixar de realizar um breve resgate do período pré e pós-golpe de 1964 também no Estado do Ceará. Farias (2007) aborda justamente o caráter violento da ditadura também no Estado do Ceará e da elite econômica cearense, principalmente dos setores que então apoiaram o regime.

As elites economicamente dominantes locais, até como forma de evitar o questionamento a seus interesses e privilégios, buscam ressaltar constantemente o “espírito honesto, pacífico e ordeiro” do cearense. Criou-se o mito do povo “trabalhador, respeitador, que não toca no alheio e não gosta de baderna e confusão”. Afinal, o Ceará é a “Terra da Luz”, berço da liberdade, local onde vaqueiros, pescadores, agricultores e operários, apesar da falta de recursos e das dificuldades e miséria “provocadas pelas secas”, laboram honestamente esperando “dias melhores”. Parafraseando um grande autor nacional, o cearense seria, antes de tudo, “um forte”. (FARIAS, 2007, p. 30)

No início da década de 60, sob o governo de Virgílio Távora, eleito em 1962, o Ceará encontrava-se enfraquecimento economicamente, dependendo em

grande parte de atividades extrativistas (como, por exemplo, plantio e venda de algodão) sujeitos à demanda nacional e internacional, bem como atividades de subsistência. O grau de dependência desse tipo de atividade era tanta que o setor industrial representava 8% de todas as atividades produtivas no Estado (FARIAS, 2018).

Virgílio Távora, neste cenário, dedicou esforços no sentido de desenvolver a indústria cearense, crendo que com isto o Estado conseguiria superar seu atraso e pobreza, embora não necessariamente a forte desigualdade social — Fortaleza, por exemplo, ainda não havia encontrado formas de ordenar o grande contingente populacional resultante da vinda de pessoas que buscavam salvar-se das sucessivas secas que assolavam o Estado, o que conseqüentemente gerou um crescimento urbano extremamente desordenado (BRUNO; FARIAS, 2015). A partir de diversos órgãos de Estado e bancos de fomento, reforçando o movimento de fortalecimento do capital privado nacional e estrangeiro empreendido pela ditadura, diversos incentivos fiscais e de crédito foram cedidos a este setor para o seu devido desenvolvimento.

À época, rumores de um possível golpe de estado já rondavam a sociedade cearense. Como dito no tópico anterior, o clima político encontrava-se acirrado. No Ceará, diversas forças de esquerda, entre elas o Partido Comunista Brasileiro (PCB) atuavam largamente em diversos setores da sociedade, seja na cidade ou no campo. Greves e protestos estouraram por todo o Estado nas mais diversas categorias, sindicalizadas ou não, seja por melhorias econômicas, seja por apoio às reformas de base (BARREIRA, 1992 apud FARIAS, 2018). Como exemplo, podemos citar algumas dessas agremiações, como o Pacto Sindical – entidade que reunia sindicatos profissionais dos mais diversos –, a União Estadual dos Estudantes (UEE) e o Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC) (FARIAS, 2007). Estas movimentações tinham como principal dirigente o PCB, que possuía ampla influência entre as lideranças sindicais, estudantis e de bairro. Vale notar o peso que o PCB tinha principalmente em bairros operários, como o Pirambu, na cidade de Fortaleza

A presença do PCB foi bastante significativa em muitos bairros da periferia de Fortaleza, em especial no Pirambu, onde, por meio do jornal O Democrata, denunciava as condições miseráveis da população pobre das áreas marginalizadas da cidade. Pela forte penetração no meio dos

operários, as lideranças do PCB que ali residiam, participavam ativamente das reuniões de moradores. E, mesmo o Padre Hélio Campos não gostando das ideias comunistas, aceitava a participação deles sem nenhuma objeção. Visto que, tanto o Padre e seus seguidores, como os comunistas tinham um objetivo em comum, que era a luta pela desapropriação das terras. (OLIVEIRA, 2014, p. 40)

A igreja também passava a dedicar maior preocupação em relação aos problemas do povo mais pobre, contando com uma importante ala progressista, embora ainda assim temessem o “fantasma” do comunismo e reprovassem suas ideias no geral. Isto nos possibilita compreender a participação de comunistas e católicos na luta por algumas pautas comuns como, por exemplo, a questão do Pirambu.

A organização dos comunistas, com certo apoio deste setor católico mais progressista, na região era tamanha que culminou na Marcha do Pirambu, preparada ao longo de dois anos, reunindo mais de 30 mil pessoas (OLIVEIRA, 2014; FARIAS, 2018).

Com as notícias sobre o golpe dado em 1 de abril de 1964 chegando no Ceará através das rádios, tentou-se ainda articular algum tipo de resistência em Fortaleza, porém sem sucesso, resultando em prisões de sindicalistas, repressão a manifestações, intervenção em sindicatos e a invasão à sede do PCB na época, chamada de Escritório 25 de Março, localizada na Rua General Sampaio, 1131 (FARIAS, 2007). O governador Virgílio Távora, visto com suspeitas por parte de setores militares por sua aproximação com o governo de Goulart,

Teve, entretanto, de fazer “sacrifícios” aos “deuses revolucionários”, para mostrar sua “sincera fé” aos ideais da “redentora”, através da demissão dos técnicos “comunistas” da Secretaria de Educação (ainda que Virgílio, exemplo de político tradicional, pautado na lealdade e consideração, tenha protegido seus ex-auxiliares, facultando-lhes meios até para sair do estado) e da cassação do mandato de vários deputados estaduais “subversivos” (FARIAS, 2007, p. 40)

Parte expressiva da elite cearense ofereceu apoio (não apenas ideológico, como também financeiro e logístico) ao golpe militar, apoio este oferecido também por setores da igreja.

No Ceará, a Igreja sob a orientação do bispo de Fortaleza, D. Antônio de Almeida Lustosa, encabeça o movimento de combate ao comunismo. O clero cearense, aliado dos latifundiários e políticos conservadores se armou de todos os instrumentos possíveis para deter o comunismo no Estado.

(OLIVEIRA, 2014, p. 58).

No Ceará, a Igreja sob a orientação do bispo de Fortaleza, D. Antônio de Almeida Lustosa, encabeça o movimento de combate ao comunismo. O clero cearense, aliado dos latifundiários e políticos conservadores se armou de todos os instrumentos possíveis para deter o comunismo no Estado. (FARIAS, 2007, p. 41)

Farias (2007) traz parte do Editorial do jornal O Povo publicado em 7 de abril de 1964, onde exalta a vitória da “revolução”, resultando na derrota de Goulart que, segundo o editorial, tentava jogar o país nas mãos de uma minoria totalitária. A igreja Católica, por sua vez, chegou a realizar missas em homenagem à “revolução”. O golpe estava enfim dado e a tão chamada Terra da Luz passaria a protagonizar a sistemática e violenta repressão aos setores críticos às Forças Armadas.

Diversos foram os locais onde a prática de tortura foi realizada contra cearenses, com destaque para “Casa dos Horrores”, localizada em Maranguape e as dependências do 23º Batalhão de Caçadores, localizado na Avenida 13 de Maio, em Fortaleza¹.

Com o golpe enfim consolidado tanto nacional quanto regionalmente, o projeto do regime para as políticas culturais começou a ser desenhado, estando o Ceará envolvido nestas formulações e em suas implementações.

2.3 Políticas culturais no Brasil: um breve resgate e as especificidades do regime militar (1964-1985)

Antes de apresentar um breve histórico das políticas culturais no Brasil, vale ressaltar que o conceito de política cultural trabalhado nesta pesquisa é o apresentado por Canclini (2005) apud Rubim (2007), onde

Estudos recentes tendem a incluir neste conceito o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados com o objetivo de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso em um tipo de ordem ou transformação social [tradução nossa] [...]. (CANCLINI, 2005, p. 78 apud RUBIM, 2007, p. 13)

¹

Inicia-se essa exposição com uma citação de Rubim que define o cenário geral do desenvolvimento de políticas públicas ao longo da história brasileira, que pode ser “condensada pelo acionamento de expressões como: autoritarismo, caráter tardio descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios.” (RUBIM, 2007, p. 11). No estudo do desenvolvimento de políticas culturais em nosso país, percebe-se a existência de uma polêmica sobre sua real origem. Determinados autores como Márcio de Souza defendem que este início se deu já no período do Segundo Império (1840-1889) ou mesmo na República Velha (1889-1930), no entanto, podemos perceber que a implementação de políticas culturais nacionais sob a ótica do conceito trabalho nesta pesquisa se deram somente no governo Vargas.

Na década de 30, o Brasil passou por diversas transformações de cunho econômico, social e político, com as classes médias e o operariado urbano entrando em cena com maior intervenção política. Na literatura, marcam-se dois fatores principais como o ponto de partida do desenvolvimento de políticas culturais nacionais: a atuação de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e a implementação do Ministério da Educação e Saúde, com Gustavo Capanema à frente até 1945.

Em contraposição à inexistência de um planejamento para o desenvolvimento do setor cultural no Brasil até então, sem coordenação e uma valorização quase que exclusiva das belas-artes e de expressões culturais da elite econômica, Mário de Andrade define sua concepção de pontos importantes de atuação na cultura.

1. estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2. pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”; 3. propõe uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares; 4. assumir o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais (modos de vida e de produção, valores sociais, histórias, religiões, lendas, mitos, narrativas, literaturas, músicas, danças etc.). (RUBIM, 2007, p. 15)

Capanema, por sua vez, teve papel importante no acolhimento de diversas figuras intelectuais e artísticas do país, tendo também papel central do

desenvolvimento da atuação da ditadura Vargas no ramo da cultura. Podia-se perceber um movimento de intervenção na cultura, que ia tanto no sentido de oprimir e censurar determinadas expressões artísticas, como desenvolvia aquilo que tinha como cultura favorável e “útil” ao regime e à imagem do Brasil nacional e internacionalmente, valorizando a “brasilidade”, a harmonia racial e entre as classes sociais, tudo sob o forte viés do nacionalismo. Foi neste período, por exemplo, que foram implementados órgãos como Instituto Nacional do Livro, Conselho Nacional de Cultura, Serviço Nacional de Teatro e Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A cultura passaria a ser vista, no plano interno, como um elemento capaz de construir uma “identidade”, superando a fragmentação regional, e no plano externo, no contexto da Segunda Guerra Mundial e da ascensão de nacionalismos, como uma peça-chave para o Brasil se firmar enquanto nação. (MOTA; MOREIRA, 2019, p. 39)

Avançando um pouco na linha do tempo, as políticas culturais no período democrático entre 1945 e 1964 tiveram pouca ou nenhuma relação com as práticas culturais e o desenvolvimento da cultura brasileira em suas mais diversas áreas. No entanto, é deste período a criação do Ministério da Educação e Cultura, em 1935.

Com o golpe de 1964, as políticas culturais voltam a receber um olhar mais detido por parte do autoritarismo e da violência. Desta vez, o tom destas políticas não é mais apenas o de desenvolver uma “brasilidade” e firmar a imagem do Brasil no mundo, mas foca também em um objetivo muito mais interno, no sentido da integração do país em torno de um ideário, conjugando ao mesmo tempo expressões nacionais e regionais da cultura brasileira. Para melhor compreensão da atuação dos militares na cultura, é preciso deter-se sobre a lente utilizada para visualizar toda a atuação neste setor por parte do Exército: a Doutrina de Segurança Nacional.

2.4 Doutrina de Segurança Nacional: o elemento motivador das políticas culturais do Governo Federal sob os militares

Formulada nos Estados Unidos à partir da Doutrina Truman em 1947 e

desenvolvida de acordo com a realidade brasileira pela Escola Superior de Guerra, em conjunto com estadunidenses e franceses em 1949, a Doutrina de Segurança Nacional serviu de fundamento ideológico para todas as ditaduras militares do Cone Sul na segunda metade do século XX; no Brasil, adquiriu especialmente o viés desenvolvimentista, sob a conjunção de segurança nacional e desenvolvimento econômico (OLEGÁRIO, 2017).

Conforme Olegário (2017), a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) partia do princípio de que havia uma guerra permanente entre o Ocidente, caracterizado pelos valores familiares, cristão e capitalistas e o Comunismo, identificado como um atraso para o desenvolvimento das nações, autoritarismo e ataque ao cristianismo. Esta guerra deixava de ser apenas militar, para tornar-se sobretudo econômica, política, psicológica, científica e financeira. Desta forma o Brasil, que se identificava como país do Ocidente, deveria estar lado a lado dos Estados Unidos em defesa das “nações livres” e da soberania nacional, admitindo também investimentos estrangeiros dentro do país. Interessante notar, porém, que a DSND admitia que o conceito de soberania nacional poderia sofrer “[...] autolimitações, nunca essenciais, da soberania nacional, em benefício da cooperação e da paz internacionais [...]” (COUTO E SILVA, 1967, pp. 74-75 apud OLEGÁRIO, 2017, p. 103). Ou seja, em determinados casos o Brasil admitia sujeitar-se aos centros de poder (no caso ocidental, os Estados Unidos) para manutenção do status quo no cenário internacional.

Outro fator da DSND que cumpriu papel fundamental na formulação das políticas públicas do período é a premissa de que o Comunismo, que é o “inimigo externo” tem poder e táticas de infiltração dentro dos “países-alvo”, em busca de desestabilizar e causar uma revolução dentro deste. Entra em cena então o conceito de “inimigo interno”, que consistia basicamente em toda a população, uma vez que qualquer um em qualquer setor poderia ser captado pelo comunismo. Era necessário então demonizar tudo o que fosse proveniente do estrangeiro (no caso, soviético) e ao mesmo tempo integrar a nação territorial e socialmente, através da moral cristã. Para isso, utilizaram-se dois métodos, a repressão e a coerção.

Eis a base para as políticas culturais desenvolvidas no período. Para as atividades culturais desenvolvidas por setores de esquerda, bastante fortes nesse ramo, como dito anteriormente, restava a repressão. Enquanto isso, buscava-se a hegemonia cultural sob a ideologia dos militares, voltada para a valorização do

ideário de tradição, mestiçagem (com isto alegando que o Brasil era único, uma democracia racial), enfim, do “Ser brasileiro”.

O objetivo de prevenir penetrações de valores culturais “externos” (mais especificamente comunistas) veio aliado ao desejo de uma nação unida e integrada através de suas manifestações culturais, somando essa visão ordenadora com as práticas culturais regionais, como um elemento que atuaria em dois sentidos. Segundo Barbalho, “O nacional reforça a identidade diante do que vem do exterior, enquanto o popular atua no reforço no interior do país.” (BARBALHO, 1998, p. 52).

Com o entendimento dessa visão de integração e sob a ótica da DSND, aliado também ao papel que o Brasil pretendia cumprir no “palco” internacional do capitalismo, pode-se desenvolver agora um pouco mais os momentos e as frentes de atuação do regime militar no desenvolvimento de políticas culturais.

2.5 Os momentos e as frentes de atuação dos militares na cultura

Rubim (2007) define a política cultural da ditadura militar em três principais momentos: a) de 1964 a 1968, onde o Estado encontrava-se empenhado particularmente em sufocar qualquer tipo de manifestação cultural contrária ao regime, uma vez que o clima pré-golpe estava permeado por ações culturais de cunha progressista – busca-se também o desenvolvimento de infraestrutura necessária para a midiática da cultura e maior acesso à indústria cultural; b) do fim de 1968 a 1974, período mais sangrento da ditadura e marcado pelo aprofundamento da repressão e censura, onde há um vácuo na política e manifestações culturais, mas com o rápido desenvolvimento de produtos culturais midiáticos que reforçam e reproduzem os valores do regime, alcançando maior capacidade técnica e, por fim c) de 1974 ao fim da ditadura, período marcado pela “distensão rápida e gradual” de Geisel e a reabertura democrática de Figueiredo. Aqui, o regime rapidamente busca implantar seu projeto de cultura através da cooptação de intelectuais e profissionais da cultura através do financiamento de projetos culturais, bem como criando diversos órgãos como Fundação Nacional das Artes em 1975, Centro Nacional de Referência Cultural, também em 1975 e é o período em que se desenvolve o Plano Nacional de Cultura.

Dentro do plano geral destas políticas culturais, Fernandes (2013) aponta

três grandes frentes de atuação, que podem ser expressadas como a) censura; b) infraestrutura e indústria cultural e c) órgãos de implementação de políticas culturais. Ao mesmo tempo em que a censura era praticada contra os mais diversos tipos de manifestação cultural contrários ao regime militar, a criação do Conselho Federal da Cultura (CFC), do Programa de Ação Cultural (PAC) e da Fundação Nacional de Arte (Funarte) marcam uma reviravolta no âmbito cultural brasileiro.

Antes, os recursos, além de mais escassos, eram voltados majoritariamente à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural. Agora, destinavam-se também ao incentivo a outras atividades artístico-culturais. Como consequência, há uma dinamização do setor cultural, com aumento de público e de demanda por formação de pessoal especializado. Esse fortalecimento do setor implica em maior burocratização, que culminaria com a criação do Ministério da Cultura, em 1985. (FERNANDES, 2013, p. 17)

Contudo, estes efeitos não foram mera obra do acaso. O incentivo se dava a obras artísticas e culturais que fortaleçam a visão de integração do Brasil, bem como que exaltem elementos nacionais. Isso servia para preencher o vácuo deixado pela esquerda após sua perseguição, bem como servia como porta de entrada para a indústria cultural no Brasil. Obras cinematográficas, por exemplo, foram fortemente incentivadas e no âmbito industrial, os incentivos à produção e à compra de televisores mudaram a lógica de consumo de produtos culturais. Tais políticas proporcionaram aos militares atingir vários objetivos de cunho ideológico e comercial, como alteraram a lógica de produção e consumo neste setor.

No Estado do Ceará, a Secretaria da Cultura (Secult) foi criada em 1966 (três meses antes da criação do Conselho Federal de Cultura, em novembro de 1966), sendo a primeira secretaria do tipo criada no Brasil. Contudo, as influências da política cultural nacional empreendida pelos militares na atuação da Secult e do Governo do Estado em relação à Biblioteca Pública do Estado Governador Menezes Pimentel ainda não são claras. Desta maneira, desejamos nesta pesquisa compreender em que medida as políticas culturais implementadas durante a ditadura civil-militar, mais especialmente as políticas implementadas pelos governadores do Ceará de 1964 a 1985 influenciaram a Biblioteca Pública do Estado na sua estrutura e atuação.

3 A CULTURA NO ESTADO DO CEARÁ

Neste capítulo resgatou-se o cenário política de criação da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult-CE), apresentando as duas principais gestões do período: Raimundo Girão e Ernando Uchoa. Partiu-se das pesquisas de Barbalho (2007, 1998) e de publicações comemorativas oficiais em alusão aos 40 anos de existência da Secult. Realizou-se também breve histórico da Biblioteca Pública do Estado do Ceará à partir de pesquisas de memorialistas e também de publicações oficiais da Secult.

3.1 Conselho Estadual de Cultura do Ceará

Antes da criação do Conselho Federal de Cultura (CFC) em 1967, já existia no Ceará, desde 1961, um Conselho Estadual de Cultura, embora sua atuação só venha se consolidar com a criação da Secretaria de Cultura (Secult) em 1966, um dos últimos atos do mandato de Virgílio Távora, último governador eleito antes da ditadura militar. Cláudia Leitão, secretária de Cultura entre 2003 e 2006, em publicação comemorativa dos 40 anos da Secult em 2006 afirma que

Em meio a este quadro de crise, um coronel do Exército brasileiro, um cearense iluminado e iluminista, decide criar uma Secretaria de Cultura, a primeira secretaria de cultura em um estado brasileiro. Virgílio Távora o fez. Este grande político cearense, ex-ministro da Viação e Obras Públicas do Governo de João Goulart, tomou a iniciativa de, no Ceará, em 9 de agosto de 1966, desmembrar as atividades artísticas e culturais da Secretaria de Educação. (Secult, 2006, p. 9)

O Conselho Estadual de Cultura nasceu sob o caráter de órgão consultivo para as ações do poder executivo estadual neste setor. Contudo, sua desorganização e pouca aplicação prática rendeu anos de inoperância. De acordo com Geraldo Nobre (apud BARBALHO, 2008), ao se deter sobre o caráter do CEC, indica que este possuía muito mais um caráter de representação de associações literárias e acadêmicas do que de fato um órgão de coordenação de políticas culturais.

Outros fatores contribuíram para a inoperância do CEC, como a falta de regulamentação e até mesmo de um regimento interno que especificasse seu funcionamento, objetivos e estrutura organizacional. Tais problemas só seriam

resolvidos com a criação da Secult, que passa a ter o CEC como, efetivamente, um órgão de assessoria e planejamento de suas atividades.

A relativa facilidade do fortalecimento da Secult e do CEC (influenciando de certa forma até mesmo a criação do CFC) após 1966 se deu pela proximidade que este grupo intelectual tinha do novo grupo à frente do poder, como o primeiro presidente do CEC, Josué Montello, tinha com o general Castelo Branco. O próprio CEC se prestava a dar apoio e execução em âmbito estadual das ações propostas pelo CFC, que chegava até mesmo a intervir em ações planejadas pelo Conselho Estadual, bem como indicar nomes para a composição deste. A visão dos órgãos culturais cearenses também aproximava-se muito da visão que os militares queriam imprimir à cultura, tecendo ligações com a doutrina de Segurança Nacional.

Como dito anteriormente, esta visão de cultura tinha por objetivo homogeneizar a produção cultural brasileira, integrando elementos regionais em uma só “cultura brasileira”. criando a imagem de um Brasil integrado cultural e politicamente. A cultura passa a ser vista como forma de ascensão do homem brasileiro, com caráter cordial, espirituoso e de uso pleno de suas capacidades intelectuais; possuía forte apelo ao passado e à menção de heróis da nação brasileira, deixando claro seu viés conservador e elitista.

3.2 A criação da Secult e a atuação de Raimundo Girão (1966-1970)

A despeito do tom personalista e oficial, a criação da Secult foi resultado mais da pressão por parte da intelectualidade conservadora cearense, especialmente ligada ao Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IHGC), Universidade do Ceará e à Academia Cearense de Letras (ACL), que visavam sua inserção na administração do Estado, garantindo caráter “oficial” aos seus trabalhos. Com este movimento, garantia-se tanto a atuação do Estado em mais um setor da sociedade, bem como garantia que a visão de cultura por parte deste setor seria legitimada pelo poder público (BARBALHO, 1998).

Tal como ocorreu com a geração modernista mineira, que teve acesso ao poder durante o Estado Novo por suas aproximações com Capanema, a intelectualidade cearense pós-64 também faz valer seu 'intimismo com o poder'. Assim, vê garantida a instalação de um órgão específico para tratar

de seus assuntos na esfera governamental. (BARBALHO, 1998, p. 107)

Contudo, após sua criação, novos desafios viriam, entre eles a legitimação da pasta, vista com certa desconfiança por parte de políticas e da sociedade no geral, que a via apenas como mais um cabide de empregos. Papel fundamental nesta legitimação teve o primeiro secretário de cultura do Ceará, Raimundo Girão, que ocupava papel de prestígio entre diversas camadas dos setores dominantes do Estado e conseguia operar certo consenso.

Uma de suas primeiras medidas foi reunir sob sua pasta vários equipamentos culturais que estavam sob responsabilidade de outras secretarias, como o Arquivo Público, o Teatro José de Alencar e a própria Biblioteca Pública; segundo o próprio secretário, “[...] estes órgãos encontravam-se em estado deplorável” (BARBALHO, 1998, p. 108) na ocasião de sua posse. Não demora, no entanto, a criar novos equipamentos sem, no entanto, garantir o adequado funcionamento dos equipamentos já existentes, que não possuíam infraestrutura adequada, muito menos uma funcionalidade mais efetiva.

Outro desafio que a recém-criada secretaria tem é seu baixo orçamento, o que a tornava muito dependente de verbas federais, utilizada principalmente para recuperar museus e publicar obras de autores cearenses. Barbalho (1998) ressalta a ligação entre as esferas estaduais e federais no sentido da garantia da implementação de sua visão de cultura em território cearense, mas também pelo ineditismo da secretaria, afinal foi a primeira Secretaria de Cultura estadual criada no país.

No entanto, o fator financeiro era somente um dos problemas da implantação da pasta, que operava também com um sentido de cultura muito elitista e voltado para o mercado de salões de arte, além de a própria atuação de Raimundo Girão caracterizar-se muito mais como interna, de gabinete. Essa concepção por parte da Secretaria só viria mudar com a posse de Ernando Uchoa como secretário de Cultura no governo de César Cals, indicado pelo então presidente Médici.

3.3 A consolidação da Secult sob a gestão Ernando Uchoa (1971 - 1977)

Com a chegada de César Cals ao poder, a Cultura passou a ocupar um

importante papel no projeto desenvolvimentista de sociedade apresentado pelo então governador. Seu papel era garantir certa coesão interna e levar os valores da capital para o interior. Não por menos neste período ocorrem os principais programas de interiorização da cultura, sendo o principal as Jornadas Culturais.

Cals define como seu Secretário de Cultura Ernando Uchoa, que já havia atuado na popularização da cultura na cidade de Fortaleza como Secretário de Educação da capital. Uchoa não demora a implementar sua visão de cultura, em consonância com o Governo do Estado, na pasta. Tendo a popularização e a interiorização da cultura como metas, uma série de projetos é desenvolvida como o PRODASEC, que dava assistência a comunidades carentes do meio urbano; projeto Pixinguinha, projeto Paurilo Barroso e o carro-chefe, as Jornadas Culturais, que consistiam em uma série de caravanas culturais com música, teatro, corais, bem como oficinas de artes manuais nos municípios do interior, em parceria com as prefeituras. Vale notar, no entanto, que o movimento contrário não acontecia. Não havia incentivo de apresentações de manifestações culturais no interior na cidade de Fortaleza (BARBALHO, 1998). Nota-se também a pouca presença de eixos como a literatura nas Jornadas.

O resultado de suas ações e de sua capacidade de diálogo entre os diversos setores culturais rapidamente cria um consenso em torno de Uchoa e reconhecimento à Secult por parte da sociedade e dos meios de comunicação. Este reconhecimento vinha também do Governo Federal, que cogitava inclusive desenvolver nacionalmente projetos criados pela Secult.

[...] Segundo o Secretário, o Ministério vê a Secretaria de Cultura “como uma das forças vivas e mais atuantes no campo da iniciativa do Poder Público em todo o país” (O POVO, 22.12.73:04). A ideia, por exemplo, das Jornadas Culturais é levantada pelo MEC para fazer parte de sua programação nacional. (BARBALHO, 1998, p. 131)

Apesar da pouca verba disponível, a Secult conseguia consolidar e desenvolver seus projetos. Coroando o período da secretaria sob o governo César Cals, 1974 foi declarado como Ano da Cultura no Ceará, com a realização eventos comemorativos, mas tendo a inauguração do novo prédio da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel como ponto principal.

Com o fim do governo César Cals e início do Governo Adauto Bezerra, a

cultura já não passa a ser vista com tanta centralidade. Aduauto Bezerra mantém o nome de Ernando Uchoa como secretário da pasta, sem com isso buscar imprimir alguma lógica própria de seu governo para o setor. Na prática, há somente a continuação de todos os programas e ações que já vinham sendo desenvolvidos. Uchoa segue em seu projeto de interiorização da cultura, planejando a criação de polos culturais nos municípios do interior do Estado. Barbalho (1998) no entanto nos afirma que não encontram-se referências sobre a realização destes planos. O baixo orçamento ainda era um problema. Boa parte das verbas federais eram destinadas à ações voltadas à exaltação de elementos que legitimam o “ser cearense”, sem no entanto ser revertida para o desenvolvimento concreto de ações e melhorias nos equipamentos públicos culturais.

Ernando Uchoa enfim deixa a Secult em 1977, sendo substituído por Denizard Macedo. Uma de suas últimas ações foi transferir a Secult para o novo prédio da Biblioteca Pública, inaugurado em 1974. Chega, assim, o fim da Era Uchoa na pasta e com ela se vai boa parte do prestígio da Secretaria.

No geral, pode-se perceber como a política cultural no Ceará no período mais atuante da Secult caracterizou-se “como uma tentativa de impor sua visão de cultura entre os intelectuais e artistas e de legitimar-se diante da sociedade como um todo, através de uma ação positiva no setor.” (BARBALHO, 1998, p. 142).

Para compreender o papel da Secult na aplicação de políticas públicas especialmente na Biblioteca Pública neste período, é preciso antes um resgate da própria história desta biblioteca.

3.4 Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel: histórico e mudanças sob o governo militar

Fundada em 1867, mais precisamente no dia 25 de março, pelo então presidente da província Dr. João de Souza Mello de Alvim, a Biblioteca Pública do Ceará teve sua história marcada por constantes mudanças, decorrente de pouco planejamento e de acordo com a visão de cada ocupante do Poder Executivo. Com acervo inicial de 1.730 volumes, entre exemplares comprados diretamente da Europa e outros doados por particulares, o acervo alcançaria a marca de 132.000 títulos em 2019.

Criada com o objetivo de “[...] facilitar a leitura e consulta de nossas tradições” (MELLO E ALVIM apud SANTOS, 2006, p. 35), a biblioteca nasceu sob forte visão iluminista por parte da intelectualidade cearense do século XIX, que desenvolveu o acervo à partir de obras clássicas europeias encomendadas direto deste continente. Vale notar que no início da década de 1870, a população do Ceará era de 721.686 habitantes, sendo apenas 42.458 residentes de Fortaleza. Entre 1878 e 2014, a Biblioteca teve doze mudanças de sede. Inicialmente alocada em um prédio onde hoje encontra-se o jardim do Theatro José de Alencar, foi realocada por conta da pouca visitação e constantes roubos ao acervo. Chegou a ser anexada à Faculdade de Direito durante o ano de 1902.

Logo após a instituição da Secretaria de Cultura, em 1966, a Biblioteca passou a ser um dos equipamentos culturais geridos pela Secult, ao mesmo tempo em que tornou-se órgão autônomo. Uma das primeiras ações de Raimundo Girão, primeiro secretário de cultura do Ceará sob o governo de Plácido Aderaldo Castelo (ARENA), foi realizar, em 1967, uma nova mudança e reestruturação da sede da Biblioteca, em comemoração aos seus 100 anos de fundação, para a Rua Franco Rabelo, n. 317, onde ficou até 1970 (NIREZ, 2001). Esta rua, bem como seus imóveis, viriam a ser demolidos para a construção da Avenida Marechal Castelo Branco (popularmente conhecida como Avenida Leste Oeste).

Figura 1 - Sede da Biblioteca Pública na Rua Franco Rabelo em 1969



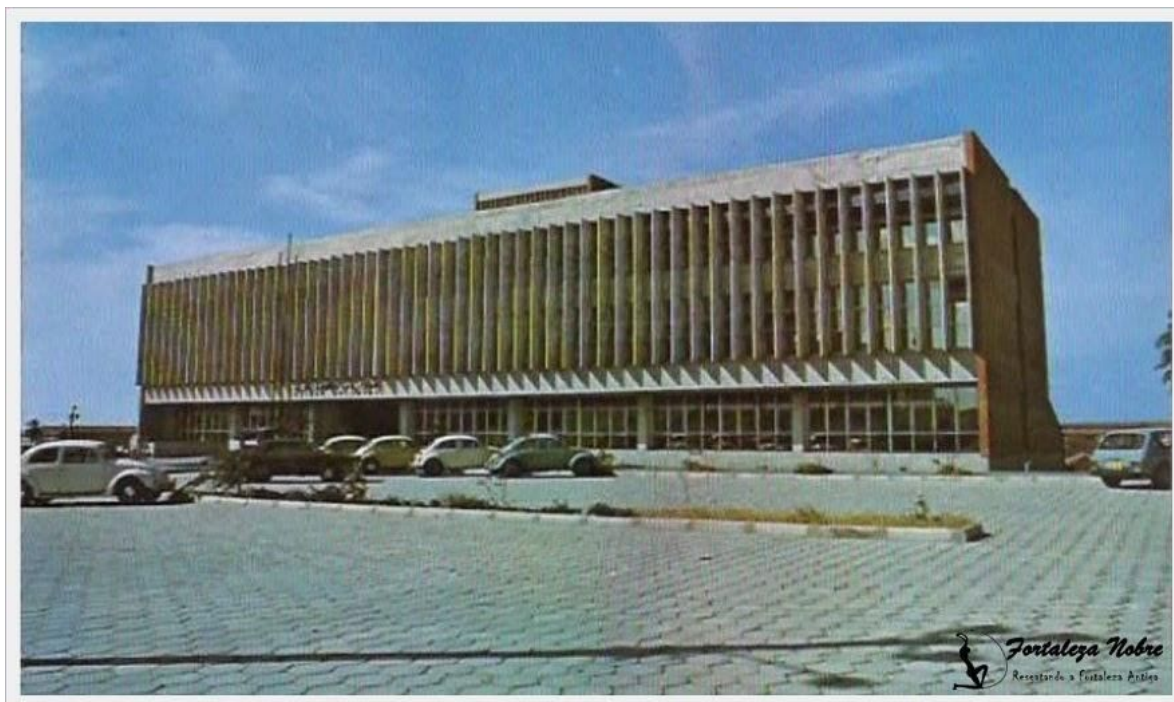
Fonte: Fatos Históricos, 2017.²

A sede, no entanto, danificava o acervo em razão de uma série de problemas estruturais do imóvel. Assim, em 1970 foi encomendado um prédio definitivo para a biblioteca, que sofreu nova mudança — o novo prédio seria construído no local da antiga sede da Rua Franco Rabelo —, sendo o acervo dividido em diversos espaços, como afirmam Guedes e Santos (2006)

O setor de obras gerais foi deslocado para a rua Tristão Gonçalves entre Duque de Caxias e Clarindo de Queirós, a seção de encadernação permaneceu no Palácio da Luz e a Hemeroteca foi para a rua Carlos Vasconcelos esquina com Heráclito Graça. (p. 39)

² Disponível em:
<http://fatoshistoricosmundoemdebate.blogspot.com/2017/03/biblioteca-publica-do-ceara-150-anos.html>

Figura 2 - Sede da Avenida Castelo Branco nos anos 70



Fonte: Fortaleza Nobre, 2011.³

No capítulo anterior cita-se a consolidação da Secult sob o governo César Cals e o secretário Ernando Uchoa, que definiram o ano de 1974 como Ano da Cultura, tendo como ponto alto a inauguração do novo prédio, localizado na Avenida Marechal Castelo Branco, n. 255, que ainda abriga a biblioteca. A inauguração da nova sede não tardou a ser usada como grande acontecimento político e oportunidade de propaganda militar. Não à toa a inauguração foi feita antes mesmo da total conclusão da obra, de forma que contasse com a presença do então presidente Ernesto Geisel.

³ Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/2011/01/biblioteca-publica-governador-menezes.html>

Figura 3 – Inauguração da Biblioteca Pública em 1974.



Fonte: FGV, 1975⁴

O resultado não tardou a chegar. Treze anos após a inauguração, em 1987, o prédio já encontrava-se seriamente comprometido, com precárias instalações elétricas sendo o ponto principal para um incêndio ocorrido ainda 1987, destruindo boa parte do acervo. Mesmo anos antes do incêndio, o prédio já contava com várias dificuldades, tais como falta de energia elétrica nas áreas subterrâneas, a quantidade insuficiente de estantes. A proliferação de fungos entre o acervo era tão comprometedora que causou doenças pulmonares e diversas alergias nas bibliotecárias da instituição.

⁴ Figuras 3, 4 e 5 disponíveis em:
<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/eg/audiovisual/ernesto-geisel-adauto-bezerra-e-outros-em-visit-a-a-fortaleza>

Figura 4 – Ernesto Geisel em visita à inauguração da nova sede da Biblioteca Pública



Fonte: FGV, 1975

Sob o governo de Waldemar Alcântara (ARENA), em 1978, a Biblioteca Pública passa a se chamar Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (BPGMP), em homenagem a Francisco de Menezes Pimentel, que governou o Ceará de 1935 a 1937 como governador eleito e de 1937 a 1945 como interventor pelo governo federal. Apesar de ter pouca relação com a Biblioteca Pública, era tido como homem de grande valor por Alcântara (SANTOS, 2006, p. 40).

Figura 5 – Ernesto Geisel na entrada da Biblioteca Pública



Fonte: FGV, 1975.

Os governos de Adauto Bezerra (ARENA) e Manuel de Castro (PDS) não noticiaram grandes mudanças na BPGMP. O segundo governo de Virgílio Távora, no entanto, trouxe a criação do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará através do Decreto nº 14.152 de 24 de novembro de 1980, coordenado pela BPGMP e que tinha como objetivo principal a criação de bibliotecas nos municípios do interior do Ceará.

Vale ressaltar que as principais fontes encontradas acerca da história da Biblioteca são oficiais, através de publicações da Secretaria da Cultura, ou através de memorialistas. A grosso modo, as maiores intervenções feitas na instituição foram estruturais, pouco noticiando-se mudanças em relação à caracterização do acervo ou mesmo da atuação da Biblioteca em si junto à sociedade.

4 A SECULT E A BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ: panorama geral e análise das políticas culturais

Neste capítulo, analisa-se o panorama geral das políticas culturais planejadas e aplicadas pela Secult, em consonância com as políticas culturais federais. Com isto parte-se para a análise do efeito que estas políticas tiveram em relação à Biblioteca Pública do Estado do Ceará no período de 1964 a 1985, bem como identifica-se as rupturas e continuidades destas políticas à partir da redemocratização.

4.1 O panorama das políticas culturais da Secult

A pesquisa em torno do desenvolvimento das políticas públicas ao longo do período ditatorial no Brasil indica a profunda ligação entre este desenvolvimento e sua coordenação e aplicação no Estado do Ceará, que planeja sua atuação no setor cultural em profunda ligação com o cenário nacional. Pode-se perceber isso ao analisar a formação e o próprio histórico da Secult e do próprio Conselho Estadual da Cultura.

Barbalho (1998), ao se debruçar sobre as políticas culturais entre 1964 e 1985, nos mostra como uma das estratégias utilizadas para uma maior aceitação do governo militar entre os intelectuais foi justamente sua cooptação. Esta cooptação visava também criar as bases para uma atuação ainda mais intensiva do Estado neste setor que, como apresentado anteriormente, contava com forte influência de setores de esquerda.

No Ceará não foi diferente. O primeiro período de elaboração de políticas e órgãos culturais teve como elemento central a intelectualidade cearense, de cunho conservador e elitista, que buscava consolidar sua própria influência entre setores do governo. Organizada inicialmente em torno do Conselho Estadual de Cultura, buscou aprofundar sua influência e a legitimação de suas visões sobre a cultura, partindo então para a pressão em torno da criação da Secult, que surge antes como resposta a esta intelectualidade do que exatamente como uma expressão do entendimento da importância e da valorização da atuação do setor cultural no Ceará.

A criação da Secretaria de Cultura pode ser vista como resultado da pressão de determinado segmento organizado e respaldado pela sociedade, os intelectuais, que dessa forma consegue, como aponta Mendonça

(1995:72), “aparelhar-se dentro do estado em seu sentido estrito” [...] A proposta não veio de cima, e sim dos intelectuais. Houve, então, uma pressão que possibilitou a criação da Secretaria. A instituição não foi pensada para atender os “objetivos maiores da cultura”, mas como um “atendimento” à reivindicação dos intelectuais.” (BARBALHO, 1998, p. 102-103)

Criada sob caráter elitista, a Secult certamente não poderia atuar de forma diferente. A visão elitista e conservadora da cultura foi o que deu o tom da atuação da Secult sob Raimundo Girão, que privilegiou uma visão de cultura afastada do “popular” e voltada principalmente para as belas-artes. Apesar das dificuldades financeiras resultantes do baixo orçamento destinado à pasta, bem como da própria desconfiança da população — pode-se como resultado desse distanciamento da Secult da realidade das maiorias — e dos políticos cearenses em geral, pode-se que a crise residia nesta própria concepção de cultura (Barbalho, 1998). Apesar disso, a gestão de Raimundo Girão foi importante no sentido da organização interna da Secult e da agregação dos mais diversos equipamentos culturais sob o comando da pasta. Este período foi importante para a garantia da consolidação e da atuação da Secult sob a gestão de Ernando Uchoa.

Uchoa por sua vez seguiu um caminho contrário ao de Girão em sua concepção de atuação da Secretaria. Seguindo o caráter que já imprimia a seu trabalho na Secretaria de Educação da Prefeitura de Fortaleza, Uchoa priorizou a interiorização e a popularização da cultura cearense, em parte em conexão com os objetivos das políticas culturais nacionais de interiorização da cultura, mas com foco principal na valorização de uma cultura própria cearense, não em uma identidade propriamente nacional.

Sob a gestão de Uchoa, a Secult teve seu momento de maior atuação ao longo do regime militar, cumprindo importante papel inclusive na elaboração de diretrizes para as secretarias de cultura de outros Estados brasileiros.

[...] Em 1975/1976, houve uma reunião de todos os setores culturais do Nordeste e o Estado do Ceará era o único que tinha secretaria de cultura. Então, o Secretário foi quem deu o *know how* daqui para serem criadas as secretarias de cultura nos outros Estados. (BARBALHO, 1998, p. 131)

Ao longo de sua gestão, em consonância com o cenário nacional, houve profundo investimento financeiro por parte do governo federal, o que possibilitou uma maior atuação e reforço de atividades, projetos e mesmo obras, como no caso

da construção da sede definitiva da Biblioteca Pública. Contudo se na gestão de Girão havia um foco nas artes plásticas e nos salões, nota-se que a gestão de Uchoa priorizou as linguagens musicais e teatrais, deixando de lado o campo da literatura e, mais especificamente, das bibliotecas.

Analisada de modo geral, a atuação da Secult ao longo da ditadura militar teve como principais momentos a sua criação e sua consolidação a partir da interiorização. Sendo a primeira Secretaria de Cultura do Brasil, cumpriu importante papel na realização prática das concepções de cultura da intelectualidade conservadora e elitista, bem como dos setores militares que viam neste campo uma oportunidade de criar maior unidade em torno de seus valores em busca da hegemonia na sociedade brasileira. No Ceará percebe-se que a atuação da Secult atingiu estes objetivos, na medida em que até o presente momento, 35 anos depois da redemocratização, a “cearensidade” ainda ocupa papel importante na produção cultural no Estado, mesmo em peças publicitárias oficiais.

Com a preocupação voltada para a irradiação da visão de cultura do “centro” para o “interior”, as atividades culturais partiram principalmente de Fortaleza para o restante do Estado — o caminho inverso não acontecia tão frequentemente. Vê-se então que neste sentido a Secult cumpriu seu papel na consolidação das políticas culturais do governo militar. Dentro deste cenário geral, a pesquisa parte então para uma análise das políticas culturais aplicadas e da atuação da própria Biblioteca Pública do Ceará.

4.2 Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel: estrutura, atuação e balanço

A análise da existência ou não de políticas públicas culturais, bem como, no caso da existência destas políticas, o modo e os critérios de aplicação destas na BPGMP no período que compreende a ditadura civil-militar, mais precisamente entre 1964 e 1985, possibilita a percepção da contradição presente entre os objetivos que culminaram na criação da Biblioteca Pública do Ceará e os símbolos que estiveram ao seu redor, especialmente entre 1966 e 1985.

Após a fundação da Secult e a subordinação da Biblioteca Pública àquele órgão, a mudança realizou-se para um novo prédio localizado em rua com nome de militar, Franco Rabelo. A nova sede, definitiva, também estava localizada em

logradouro com nome militar: a Avenida Castelo Branco. O próprio prédio recebeu nome de militar: Menezes Pimentel, ex-interventor federal do governo Vargas. O prédio recebeu este nome em razão do Decreto 12.768, do governador Waldemar Alcântara. Não se pode deixar de lembrar a própria participação de Geisel na inauguração do prédio da biblioteca. Figura pouco relacionada à políticas de livro, leitura e literatura, teve sua presença usada muito mais como forma de legitimação do regime.

O ideal iluminista sob o qual a Biblioteca Pública foi fundada e a própria ideia de dar mais abertura à cultura popular encampada pela Secult esbarrava na simbologia militarista em torno da instituição. Com esta breve análise da simbologia militar na Biblioteca, pode-se passar para a análise das demais questões envolvendo a estrutura e a atuação da BPGMP ao longo dos governos militares.

4.2.1 Os problemas estruturais

Em um cenário de pouca preocupação em relação à atuação do Estado na Cultura, a criação da Secult e a centralização das entidades culturais sob sua responsabilidade possibilitou um avanço no sentido de trazer mais organização em relação a sua atuação sob políticas bem definidas, embora certamente a preocupação maior era que o Poder Público estivesse inserido em mais esta área da vida social (RUBIM, 2007).

A criação do órgão representou certo avanço mais especificamente em relação à biblioteca, principalmente em termos de estrutura. Girão, na citação da Secult, encontrou os equipamentos culturais “em estado deplorável” (BARBALHO, 1998, p. 108). herdando uma instituição cultural nestas condições, pode-se perceber inclusive que o descaso em relação a estas mesmas instituições não iniciou-se na ditadura militar. Embora uma de suas primeiras ações à frente da Secretaria tenha sido a mudança da Biblioteca para uma nova sede, localizada na Rua Franco Rabelo, percebe-se que esta mudança teve caráter muito mais simbólico, representando poucos avanços em relação a melhorias estruturais.

Registra-se que a sede da rua Franco Rabelo possuía uma série de problemas estruturais que na verdade danificavam o acervo. Não por menos uma nova sede foi solicitada, sendo a sede da rua Franco Rabelo demolida em 1970,

apenas três anos após sua inauguração, para a construção de um prédio definitivo para a biblioteca. Isso evidencia uma preocupação muito mais oficialista, no sentido de mostrar alguma atuação da Secult para a sociedade do que propriamente uma preocupação mais aprofundada com as condições físicas da instituição como das adequadas condições de trabalho da equipe da biblioteca.

Embora a encomenda de uma nova sede definitiva para a BPGMP possa indicar a existência, por parte do Governo, de preocupação com a instituição como um todo, a análise das condições reais do novo prédio, localizado na Avenida Castelo Branco, 255, indica o contrário.

Conforme citado anteriormente, a inauguração da nova sede ocorreu às pressas, com o prédio ainda inacabado, em razão da visita do então presidente Ernesto Geisel e do decreto do ano de 1974 como o Ano da Cultura (BARBALHO, 1998). A negligência não tardou a cobrar resultados. Para além das contínuas dificuldades estruturais, possibilitando a proliferação de fungos e danificando o acervo, em abril de 1987 um incêndio de grandes proporções atingiu o prédio. Relata-se que o prédio já estava há algum tempo em estado de abandono, mesmo o funcionamento normal da biblioteca. Embora inaugurado apenas treze anos antes, o prédio já tinha a necessidade de uma reforma, que embora prometida, não chegou a ser realizada (NIREZ, 2001). Com o apagamento do incêndio, ainda mais exemplares de jornais históricos foram danificados.

Com isso, pode-se concluir que havia pouca ou nenhuma preocupação por parte da Secult e do Governo do Estado na garantia de um adequado local de trabalho para a equipe da BPGMP, bem como uma estrutura que atendesse as demandas de funcionamento da própria instituição. A mudança para a sede da rua Franco Rabelo, ainda que sem estrutura adequada; a inauguração de uma nova sede ainda incompleta com estrutura comprometida denota uma preocupação maior por parte do Governo com festejos, inaugurações e datas comemorativas do que exatamente o pleno funcionamento da BPGMP e da valorização de história e objetivos.

4.2.2 A instrumentalização da Biblioteca Pública e o apagamento de sua atuação

Ao longo da pesquisa, não foi possível encontrar um maior detalhamento

da atuação da BPGMP em si dentro da forte agenda de interiorização da cultura, especialmente na gestão de Ernando Uchoa. Pelo contrário, percebe-se que o foco principal da Secult — quer na gestão de Raimundo Girão, quer na de Ernando Uchoa — residia principalmente nas artes plásticas e no teatro, atividades que recebiam muito mais atenção em decorrência de ocuparem um papel central nas apresentações das Jornadas Culturais no interior do Ceará.

Na literatura consultada, encontram-se citações à BPGMP apenas na ocasião de seu aniversário de 100 anos realizado na gestão de Raimundo Girão e na realização do Ano da Cultura, em decorrência da inauguração da sede definitiva da biblioteca (BARBALHO, 1998). Ainda assim, esta inauguração foi o único evento que teve a biblioteca como instituição central, na medida em que se considere que a inauguração em si denota muito mais um ar de propaganda política. Mesmo a publicação oficial dos 40 anos de inauguração da Secult (GUEDES; SANTOS, 2006) é vaga em relação a atuação da biblioteca no período compreendido pela ditadura militar.

A análise destes pontos leva a crer que, no geral, houve uma instrumentalização da BPGMP, restringindo sua participação na política cultural do Estado mais como uma espécie de vitrine, uma propaganda, tanto da Secult como, conseqüentemente, do Governo do Estado, mas uma propaganda apenas de aparência, uma vez que sequer havia a preocupação em torno do seu fortalecimento enquanto instituição histórica e cultural cearense.

O apagamento de sua atuação também se faz evidente, uma vez que mesmo publicações oficiais são muito vagas em relação a atuação da biblioteca entre os anos de 1966 e 1984. Dá-se maior peso aos registros de mudanças e sedes, numa visão muito mais patrimonial, do que as ações desenvolvidas e políticas voltadas para a instituição. Mesmo estes registros, que sem dúvida são importantes para a memória da instituição, deixam de revelar detalhes sobre a condição destes prédios ao longo da permanência da biblioteca.

4.2.3 O balanço da Biblioteca Pública sob a Secult

A criação da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará foi um importante avanço na organização das políticas públicas voltadas para o setor cultural do Estado, apesar de, como se pôde perceber, a criação desta instituição ter se dado

muito mais por pressão de um grupo de intelectuais pró-governo do que exatamente por reivindicação e pressão popular.

Contudo, é evidente o caráter meramente oficialista e patrimonial por parte da Secult especificamente em relação à BPGMP. Os diversos problemas estruturais e a ausência de um plano concreto e de políticas públicas concretas voltadas para a manutenção e o fortalecimento desta instituição enquanto órgão de fomento e de democratização da leitura e do acesso à leitura acabaram por ofuscar a atuação da BPGMP.

A primeira gestão da Secult, sob a direção de Raimundo Girão, teve com principal objetivo a consolidação da pasta e a organização dos órgãos culturais sob novo comando. Neste período, coube à Biblioteca Pública apenas uma mudança de sede que, como vimos, não atendia critérios adequados de alocação do acervo. Embora Girão houvesse encontrado boa parte dos órgãos culturais já neste estado, pouco conseguiu fazer para uma efetiva mudança de quadro.

Sob a gestão de Ernando Uchoa, tivemos uma maior interiorização da atuação da Secult, sendo inclusive o foco da pasta. Contudo, pouco também foi realizado em questão de ações culturais que tivessem a Biblioteca como ponto central, como protagonista. Um dos pontos importantes de sua gestão foi a construção e a inauguração — com obras ainda inacabadas — da sede definitiva da BPGMP.

O cenário de descaso e negligência foi coroado com o incêndio em 1987 que, embora tenha ocorrido já após o fim da ditadura militar, vem como culminância de todo um processo de abandono e indiferença em relação a estrutura e a própria atuação da instituição. Instituição essa criada sob uma ótica iluminista, teve sua atuação estagnada e pouco aproveitada ao longo da ditadura militar.

4.3 A redemocratização e a Biblioteca Pública do Ceará: rupturas e continuidades

Ainda que o objeto desta pesquisa seja as políticas culturais e a BPGMP entre 1964 e 1985, faz-se importante analisar brevemente o período que vai do início do processo de redemocratização até o presente ano de 2020 como forma de colocar ainda mais em perspectiva os efeitos do período ditatorial. É necessário

analisar se e em que medida houve uma continuidade das políticas culturais do regime militar mesmo após a redemocratização do país e com isto compreender se houve ou não uma ruptura em relação a Biblioteca Pública por parte dos governos democráticos no Estado.

A análise em torno da Biblioteca Pública no período compreendido entre 1964 e 1985 consiste em alguns tópicos principais, a saber: a) o problema crônico em relação a estrutura física da biblioteca, problema este que não surgiu na ditadura militar, mas tampouco foi resolvido neste período, ainda que uma sede definitiva tenha sido inaugurada; b) a ausência de um papel de destaque para a biblioteca dentro das políticas culturais pensadas e operadas ao longo do regime militar, políticas estas que em um primeiro momento voltaram-se para as artes plásticas assumindo um caráter elitista como reflexo inclusive dos pensadores destas políticas e que em um segundo momento voltaram-se para a criação e o fortalecimento de uma noção de cultura própria cearense, com foco nos elementos folclóricos do Estado e na interiorização destes elementos, onde a música e o teatro tiveram papel central; c) o caráter de propaganda pensado para a biblioteca, no sentido de ações voltadas quase que exclusivamente para a sua estrutura física como forma de exaltação do regime militar ou mesmo para a pura comemoração de datas oficiais, sem que uma política de integração ou mesmo disseminação do acesso à leitura o mais amplo possível fosse realizada.

Pode-se partir destes três tópicos principais para uma breve análise do período democrático e sua relação com a Biblioteca Pública, sem que haja, no entanto, qualquer intenção de esgotar as possibilidades desta pesquisa no momento.

Quanto aos problemas estruturais vivenciados pela biblioteca pública ao longo de sua história, gostaríamos de resgatar aqui especialmente o grande incêndio ocorrido no prédio no ano de 1987 que, embora já dentro do período de redemocratização, pode ser considerado como uma consequência dos problemas estruturais herdados da inauguração do prédio sem que as obras estivessem totalmente concluídas e pela falta de manutenção após sua inauguração. O período democrático não trouxe, de início, grandes rupturas em relação às preocupações com a estrutura do prédio. Uma reforma geral, a primeira desde a fundação do prédio em 1974, só foi realizada em 2002. Ainda assim, os problemas continuaram, de modo que outra reforma geral teve início em fevereiro de 2014. Até o presente

ano de 2020, no entanto, a Biblioteca ainda não foi reaberta⁵.

Em relação a ausência de um papel de destaque da Biblioteca nas políticas culturais do regime militar, certamente houve alguma ruptura no período democrático, uma vez que houve maior estruturação de recursos informacionais, bem como o fortalecimento do Sistema Estadual de Bibliotecas através de alteração do decreto realizado pelo governador Beni Veras em 2002. Entre as alterações consta a criação de bibliotecas-pólo nas 20 regiões administrativas do Ceará, bem como o incentivo para a implementação de novas bibliotecas nos municípios cearenses⁶. No ano de 2020, o Sistema de Bibliotecas Públicas consta com 195 bibliotecas participantes, bem como 9 bibliotecas-pólo responsáveis pela sub-coordenação do sistema, localizadas nos municípios de Maranguape, Itapipoca, Acaraú, Russas, Tianguá, Crateús, Quixeramobim, Iguatu e Juazeiro do Norte⁷.

Não pretendemos aqui nos deter sobre as condições concretas de funcionamento do Sistema de Bibliotecas Públicas (composição do acervo, existência ou não de bibliotecário, ações realizadas), mas é perceptível o avanço na organização deste Sistema desde sua criação, avanço este que por si só representa um papel de maior protagonismo por parte da BPGMP.

Por fim, em análise do terceiro ponto percebe-se que a Biblioteca deixou de ter este caráter meramente oficial, institucional, passando a realizar uma maior quantidade de atividades em ligação com variadas linguagens artísticas. A reforma geral iniciada em 2014 sob a gestão de Paulo Mamede na Secult evoluiu para uma “reforma” também conceitual da instituição como um todo, esta mudança de ótica, visando uma aproximação maior de modelos como a biblioteca-parque, foi pensada com Fabiano Piúba à frente da Secult. Contudo, com uma reforma que mantém a biblioteca fechada por 6 anos, não podemos ainda avaliar como esta mudança de conceito afetará a Biblioteca Pública.

Ainda assim, no bojo dessa mudança conceitual, não pode deixar de ser considerado um avanço a simples troca de nome da biblioteca, que deixa de chamar-se pelo nome de Menezes Pimentel e passa a ser simplesmente a Biblioteca Pública do Estado do Ceará, um primeiro passo rumo ao abandono da simbologia

⁵Aqui vale ressaltar que como resposta à reivindicação da sociedade civil, um espaço provisório para a Biblioteca Pública foi instalado sob o nome de Espaço Estação, localizado na Rua 24 de Maio, n. 60, no Centro de Fortaleza.

⁶ Ver decreto disponível em:

<https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2013/01/decretos-no-14.125-e-26.658.pdf>

⁷ Informações disponíveis em <https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/15/sistema-estadual-de-bibliotecas/>

militar e ao fortalecimento de uma simbologia voltada para o público, para uma atuação voltada para a democratização da leitura e do próprio espaço físico da biblioteca.

Certamente a Biblioteca Pública do Estado do Ceará ainda possui problemas, estes herdados principalmente a visão que se tinha da instituição ao longo do período militar e do início do período de democratização, mas percebe-se uma tentativa de superação desta visão. Os efeitos destas medidas e deste novo conceito na atuação da Biblioteca Pública do Estado do Ceará certamente serão melhor observados e adequadamente estudados em pesquisas futuras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colocar a Biblioteca Pública do Ceará em perspectiva, principalmente no período compreendido pelo regime militar, se faz importante na medida em que cria possibilidades de análise da própria atuação da biblioteca nessa janela histórica — o que por si só já cumpriria um papel importante na pesquisa em torno desta instituição, lançando luz sobre sua história —, como também — e aqui reside um ponto de extrema importância — das políticas que levaram a Biblioteca Pública do Ceará a ser como é, possibilitando identificar quais as continuidades e quais as rupturas nesta instituição.

Desta forma, e resgatando o objetivo desta pesquisa, buscou-se sobretudo compreender em que medida as políticas públicas do regime militar, mais especificamente as desenvolvidas pelo Governo do Estado do Ceará, afetaram a Biblioteca Pública enquanto instituição. Para isto, buscou-se atender a alguns objetivos específicos que passaremos a revisar.

Através do levantamento das políticas culturais pensadas e aplicadas pelo Governo do Estado do Ceará em consonância com a visão de cultura do Governo Federal, percebeu-se que em um primeiro momento a criação e atuação da SECULT tiveram um caráter mais elitista e conservador, sob a gestão de Raimundo Girão; em um segundo momento, na gestão de Ernando Uchoa, a interiorização e a popularização deram o tom das políticas culturais desenvolvidas pela Secretaria de Cultura do Ceará, pasta esta que passou justamente pela necessidade de justificar sua existência, precisando lidar com a desconfiança geral sobre sua pertinência, bem como por um momento de consolidação e expansão de suas atividades.

Identificou-se a atuação e as mudanças sofridas pela Biblioteca Pública neste período, onde foi possível identificar uma atuação mais tradicional, sem grande mudanças por parte da Secretaria de Cultura, que teve seu foco voltado para a questão estrutural, o que levou a mudanças de sede da biblioteca, bem como a construção de uma sede definitiva.

Observou-se em que medida a atuação e a estrutura da Biblioteca Pública foram influenciadas pelas políticas culturais do período. Percebe-se que à Biblioteca Pública foi aplicada uma política mais voltada para sua estrutura física em ambos os momentos, ponto em que residiu o maior foco da Secretaria de Cultura. No entanto, viu-se que apesar deste foco, as estruturas permaneceram inadequadas para o bom

funcionamento da instituição e sem condições adequadas de trabalho para toda a equipe de trabalho.

Por fim, realizou-se uma breve análise das rupturas e continuidades das políticas culturais aplicadas à Biblioteca Pública do Estado do Ceará após o fim do regime militar e o início do período de redemocratização, chegando até o presente ano de 2020, onde buscou-se atender ao terceiro objetivo específico.

A análise da Biblioteca Pública e as políticas públicas voltadas para a instituição a partir da democratização não foi de forma alguma esgotada, possibilitando a realização de pesquisas especialmente voltadas para este período, o que julgamos de grande relevância, uma vez que possibilitará uma maior compreensão da história e da atuação da Biblioteca Pública do Ceará, bem como permitirá olhar em perspectiva cada período de existência desta instituição centenária.

Finalmente, destaca-se a importância desta pesquisa no sentido de contribuir, ainda que modestamente, para uma compreensão mais aprofundada de todos os percalços e dificuldades enfrentados pela instituição ao longo de sua história. A Biblioteca Pública do Ceará é um órgão importante na garantia do direito ao acesso à leitura e a democratização da literatura, dos livros. A realização desta pesquisa enfrentou algumas dificuldades, mas acima disso, possibilitou a compreensão da importância da defesa desta instituição e de todos(as) os(as) trabalhadores(as) que lá atuam. A ditadura militar acabou, já a Biblioteca Pública do Ceará permaneceu viva e certamente permanecerá por muito tempo, sendo defendida por todas e todos os cearenses comprometidos com a democratização da leitura, dos livros e das bibliotecas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Wécio Prineiro. Lula e Davos: a política bloqueou a si mesma?, **Problemata: R. Intern. Fil.**, v. 9. n. 1, 2018, p. 357-368. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6824931.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e Cultura no Brasil**. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.
- BRUNO, Arthur; FARIAS, Airton de. **Fortaleza: uma breve história**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.
- FARIAS, Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2906>. Acesso em: 18 abr. 2020.
- FERNANDES, Natalia Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar, **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 1, jan./jun. 2013, p. 173-192. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/124/71>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUEDES, Mardônio e Silva; SANTOS, Fabiano dos. **40 anos da Secretaria da Cultura: memória e documentos históricos**. Fortaleza: SECULT, 2006. (Coleção Nossa Cultura. Série Documenta).
- GUEDES, Mardônio e Silva; SANTOS, Fabiano dos. **40 anos da Secretaria da Cultura: os equipamentos culturais**. Fortaleza: SECULT, 2006. 180p. (Coleção Nossa Cultura. Série Documenta).
- LONGHI, Carla Reis. Cultura e costumes: um campo em disputa, **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 197-2018, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5436725.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2019.
- MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. *In*: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. (Tinta Vermelha). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%2C%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.
- MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural; Iluminuras, 2012.

MOTA, Tércio; MOREIRA, Osmar. Política cultural no Brasil: retrocessos, resistência e reexistência. **Política Cultural em Revista**, Salvador, v. 12, n. 2, p. 34-49, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/32594>. Acesso em: 14 abr. 2020.

Nirez. **Cronologia ilustrada de Fortaleza**: roteiro para um turismo histórico e cultural. Fortaleza: Banco do Nordeste, c2001.

OLEGÁRIO, Thaís Fleck. A ideia de nação para a Doutrina de Segurança Nacional no Brasil. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 11, n. 21, p. 95-111, jul. 2017. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/6352>. Acesso em: 17 out. 2019.

OLIVEIRA, Israel Carvalho de. Políticas culturais e a legitimação de um discurso: o modelo cearense de patrimonialização da cultura (1966-1980). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17., 2013, Natal. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: Anpuh, 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548874919_c9645e7203f71c9a432744e68305ed72.pdf. Acesso em: 24 jun. 2019.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira de. **A igreja católica no Pirambu**: as relações de poder presentes no discurso da teologia da libertação e da renovação carismática católica (1968-1986). 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UECE-0_234a296162dea81a1d0a7c0963811577. Acesso em: 15 out. 2020.

PELLEGRINI, Tânia. Relíquias da casa velha: literatura e ditadura militar, 50 anos depois. **Estud. Lit. Bras. Contemp.**, Brasília, n. 43, p. 151-178, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182014000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 jun. 2019.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil**. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv148.htm>. Acesso em: 08 ago. 2019.

RIBEIRO, Renato Janine. Professor de filosofia faz paralelos entre 1968 e manifestações de 2013. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 98, n. 32.547, 13 maio 2018, Caderno Ilustríssima. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/05/professor-de-filosofia-faz-paralelo-s-entre-1968-e-manifestacoes-de-2013.shtml>. Acesso em: 15 out. 2020.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, Antônio Albino Calenas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36. (Coleção Cult).

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1–15, 2009. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>. Acesso em: 15 out. 2020

SILVA, Vanderli Maria da. **A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02072002-100601/pt-br.php>. Acesso em: 24 jun. 2019.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 67-77. (Coleção História).